

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Cinesystem S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, é uma sociedade anônima de capital aberto, com registro obtido junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários em 20 de julho de 2016, na categoria Cia. Bovespa Mais (MA), com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 266, sala 504 - Zona 1, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

A Companhia e suas controladas (doravante denominadas, o “Grupo”) têm como principais atividades a prestação de serviços de cinematografia e a revenda de mercadorias de Bomboniere. Atualmente o Grupo desenvolve essas atividades em salas próprias localizadas nos estados de Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro.

A Companhia está expandindo suas opções de entretenimento em salas de jogos de escape – “Escape Route”. Tais salas são tematizadas e cabe a cada jogador habilidade suficiente para escapar no tempo estabelecido. O projeto inicial conta com 05 (cinco salas) no complexo de Américas, no estado do Rio de Janeiro.

O Grupo encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 com operações em 160 (cento e sessenta) salas, mesmo número de salas de 31 de dezembro de 2018.

Em agosto de 2018 houve combinação de negócios com o Grupo Redecine Rio - Redecine Rio Cinematográfica S.A. e Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A. As empresas operavam 40 (quarenta) salas com a bandeira “Cinesystem Cinemas”. As salas operavam de forma terceirizada, sendo que a Companhia Cinesystem S.A. era responsável pela gestão administrativa, de operações e de programação de tais salas.

Pela operação de combinação de negócios realizada, a partir do mês de agosto de 2018, as duas companhias: Redecine Rio Cinematográfica S.A e Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A, passaram a integrar o Grupo Cinesystem.

Visando redução de processos operacionais e ganhos possíveis de sinergia, o Grupo encontra-se em fase de simplificação de sua estrutura societária. Assim, no ano de 2019, através de Assembleia Geral Extraordinária, a controlada Redecine BRA Cinematográfica S.A., incorporou as seguintes empresas do Grupo: **1)** Redecine Litoral Cinematográfica Ltda e Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda - em 31.01.2019; **2)** Redecine LEO Cinematográfica Ltda, Redecine FLN Promoções Cinematografia Ltda, Bombocine LEO Comércio de Alimentos Ltda e Bombocine FLN Comércio de Alimentos Ltda - em 31.03.2019; **3)** Redecine SLZ Cinematográfica Ltda e Bombocine SLZ Comércio de Alimentos Ltda, Redecine Hortolândia Cinematográfica Ltda e Bombocine Hortolândia Comércio de Alimentos Ltda - em 30.09.2019; **4)** Bombocine BRA Comércio de Alimentos S.A.- em 31.10.2019. A incorporadora absorveu todos os bens, direitos, haveres, obrigações e reponsabilidades das incorporadas. A partir das datas citadas, todas as operações das empresas incorporadas passaram a serem realizadas na empresa incorporadora.

Movimento semelhante, visando os mesmos fins, foi realizado pela controlada Redecine Rio Cinematográfica S.A., que através da aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária, incorporou a empresa Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A. - em 30 de setembro de 2019. A incorporadora absorveu todos os bens, direitos, haveres, obrigações e reponsabilidades das incorporadas. A partir das datas citadas, todas as operações das empresas incorporadas passaram a ser realizadas na empresa incorporadora. As incorporações mencionadas acima não trazem impacto no balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

A CCM Participações Ltda., empresa controlada do Grupo, foi baixada em outubro de 2019.

Continuidade operacional

No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Grupo apresentou capital circulante líquido negativo consolidado no montante de R\$ 28.842 (R\$ 28.835 em 31 de dezembro de 2018). Esse fato está relacionado a: a) características da operação do Grupo, de recebimentos de recursos na maioria em dinheiro e/ou contas a receber de curto prazo; b) aumento no nível de endividamento para realização de investimentos em novas salas na cidade do Rio de Janeiro-RJ e de Ananindeua-PA.; c) em 1 de janeiro de 2019, com a entrada em vigor do CPC 06/IFRS16, os contratos de aluguéis passam a compor os ativos e passivos da Companhia e suas controladas.

Considerando o fato divulgado na nota 36 Eventos Subsequentes, que descreve que em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) foi considerado uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somado ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Houve determinação pelas entidades públicas de fechamento de shopping centers e salas de cinemas, além de instrução pelos órgãos mundiais de saúde em reduzir aglomerações, fatos que impactam diretamente o público dos cinemas e consequentemente a receita da Companhia e suas controladas. Após a análise detalhada dos impactos desses fechamentos, a Administração concluiu que um cenário prolongado de quarentena terá impactos significativos no fluxo de caixa dos próximos meses. Por isso a Companhia e suas controladas está colocando em prática diversas medidas, conforme detalhadas na nota explicativa 36, e a Administração tem confiança de que elas serão suficientes para suprir a necessidade de caixa durante esse período. Os números foram calculados com base nas melhores informações disponíveis até o momento e prezam pelo conservadorismo nas estimativas.

Com base nessa avaliação, e considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, a Administração concluiu que existem incertezas que podem levantar dúvida quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Mesmo assim a Administração considera que, o pressuposto de continuidade continua válido, considerando todas as informações disponíveis até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas baseadas no pressuposto de continuidade operacional.

2 Relação das entidades controladas

As controladas da Companhia, consolidadas nestas demonstrações financeiras são:

Redecine RIO Cinematográfica S.A e Redecine BRA Cinematográfica S.A.

Em 31 de janeiro de 2019 as empresas: Redecine Litoral Cinematográfica Ltda. e Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda. foram incorporadas pela empresa Redecine BRA Cinematográfica S.A.

Em 31 de março de 2019 as empresas: Redecine LEO Cinematográfica Ltda., Bombocine LEO Comércio de Alimentos Ltda., Redecine FLN Promoções Cinematografia Ltda e Bombocine FLN Comércio de Alimentos Ltda. foram incorporadas pela empresa Redecine BRA Cinematográfica S.A.

Em 30 de setembro de 2019 as empresas: Redecine SLZ Cinematográfica Ltda., Bombocine SLZ Comércio de Alimentos Ltda., Redecine HRT Cinematográfica Ltda e Bombocine HRT Comércio de Alimentos Ltda. foram incorporadas pela empresa Redecine BRA Cinematográfica S.A.

Em 30 de setembro de 2019 a empresa Bombocine RIO Comércio de Alimentos S.A., foi incorporada pela empresa Redecine RIO Cinematográfica S.A.

Em 31 de outubro de 2019 a empresa Bombocine BRA Comércio de Alimentos S.A. foi incorporada pela empresa Redecine BRA Cinematográfica S.A.

Em outubro de 2019 a empresa a CCM Participações Ltda foi baixada.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração no dia 27 de março de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na Nota explicativa nº 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos foi aplicado. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando

indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 18 e 22 - direito de uso e passivos de arrendamentos: classificação e determinação se um contrato contém um arrendamento.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 11 - contas a receber de clientes (*perda por redução ao valor recuperável de contas a receber*);

Nota explicativa nº 14 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Nota explicativa nº 16 - imobilizado (*vida útil e valor residual*);

Nota explicativa nº 17 – intangível - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis ;

Nota explicativa nº 18 e 22 - direito de uso e passivos de arrendamentos: (principais premissas na taxa de juros e prazo de arrendamentos); e

Nota explicativa nº 24 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para passivos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo e passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ativos adquiridos Técnica de avaliação

Intangível Método *relief-from-royalty* e método *multi-period excess earnings*: o método *relief-from-royalty* considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. O método *multi-period excess earnings* considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.

Empréstimos e financiamentos Resultado Operacional Ajustado: O valor justo é determinado com base na expectativa de resultado futuro de cada complexo, trazendo tais montantes a valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados, envolvendo julgamentos sobre os resultados futuros de cada complexo no momento inicial da contratação, bem como sobre a taxa de desconto utilizada, tais estimativas são anualmente revisadas, analisando as premissas utilizadas e possíveis alterações para as próximas projeções e tal diferença influenciará no resultado.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item material reconhecido nos balanços patrimoniais:

os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

7 Principais políticas contábeis

a. Mudança nas principais políticas contábeis

Com exceção ao descrito abaixo, as políticas contábeis aplicadas nestas demonstrações financeiras são as mesmas aplicadas nas últimas demonstrações financeiras anuais.

As mudanças nas políticas contábeis também serão refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019.

O Grupo adotou inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir desta data, mas não afetam materialmente as demonstrações financeiras do Grupo. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, o Grupo, como arrendatário, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores.

Este é o primeiro conjunto das demonstrações financeiras da Companhia no qual o IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamento foi aplicado.

A norma IFRS 16 / CPC 06 (R2) aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019 tem como objetivo

unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso para todos os contratos de arrendamento em que estiverem no escopo da norma, a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

Durante o exercício de 2019, o Grupo Cinesystem avaliou os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma IFRS 16 / CPC 06 (R2). Essa avaliação foi segregada em etapas, tais como:

- (i) Levantamento dos contratos;
- (ii) Abordagem de transição;
- (iii) Mensuração do passivo inicial e ativo inicial; e
- (iv) Impactos na adoção inicial.

Abordagem de transição

O Grupo adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e interpretações relacionadas.

(i) Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de contraprestação.

Na transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16, o Grupo optou por aplicar o expediente prático de manter a avaliação de quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e o ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados. Por conseguinte, a nova definição de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos celebrados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019.

No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais.

(ii) Políticas contábeis significativas

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. Quando um ativo

de direito de uso atende à definição de propriedade para investimento, ele é apresentado na linha de propriedade para investimento e é inicialmente mensurado pelo custo e subsequentemente mensurado pelo valor justo, de acordo com as políticas contábeis do Grupo.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (bruto de impostos), descontados a uma taxa incremental de juros. A Administração da Companhia definiu que a taxa incremental a ser considerada para desconto destes fluxos é uma taxa de juros nominal, prontamente observável no mercado, adicionada do spread de risco da Companhia. Esta definição de utilização de taxa de juros nominal, na avaliação da Companhia, é a que melhor reflete as características de seus contratos.

O Grupo aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação. A avaliação se o Grupo está razoavelmente certo de exercer essas opções têm impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

(iii) Transição

Anteriormente, o Grupo classificava arrendamentos de imóveis como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Esses arrendamentos incluem, basicamente, salas de cinemas e de projetores de cinemas. Os arrendamentos de salas de cinemas geralmente são contratados por um exercício que varia de 05 a 15 anos. Os de projetores de cinemas são de 05 anos.

A maioria dos contratos de arrendamento são ajustados por índices inflacionários, como IGP-M ou IPCA.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R1)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019.

Os ativos de direito de uso foram mensurados:

ao valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de qualquer pagamento antecipado ou acumulado do arrendamento - o Grupo aplicou esta abordagem a todos os outros arrendamentos.

O Grupo utilizou os seguintes expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2)/IFRS 16 aos arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06/IAS 17:

Aplicou a isenção para não reconhecer ativos de direito de uso e passivos para arrendamentos com prazo menor que 12 meses.

Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial.

Utilizou percepção tardia ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato continha opções para estender ou rescindir o contrato de arrendamento.

(iv) *Impacto nas informações contábeis*

Impacto na transição

Na transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16, o Grupo reconheceu ativos de direito de uso adicionais e passivos adicionais de arrendamento. O saldo anterior do ativo imobilizado arrendado (*leasing*) foi reclassificado para o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento mercantil financeiro foi incorporado pelo saldo de arrendamentos a pagar.

O impacto na transição está resumido abaixo:

Composição do direito de uso

Em milhares de Reais	01.01.2019
Contratos de arrendamento imóveis de cinemas	84.615
(-) Ajuste a valor presente imóveis de cinemas	<u>(32.225)</u>
Saldo líquido inicial dos ativos de arrendamento de imóveis de cinemas	<u>52.390</u>
Contratos de arrendamento projetores de cinemas	4.135
(-) Ajuste a valor presente projetores de cinemas	<u>(672)</u>
Saldo líquido dos ativos de arrendamento de projetores de cinemas	<u>3.463</u>
Contratos de arrendamento de projetores transferido do ativo imobilizado	4.070
(-) Depreciação de contratos de arrendamento de projetores transferido do ativo imobilizado	<u>(463)</u>
Saldo líquido dos ativos de arrendamento de projetores transferido do ativo imobilizado	<u>3.607</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><u>-</u></u>
(+) Adoção inicial CPC06(R2)/IFRS16 imóveis de cinemas	52.390
(+) Adoção inicial CPC06(R2)/IFRS16 projetores de cinemas	3.463
(+) Transferência de arrendamentos financeiros do ativo imobilizado	<u>3.607</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2019	<u><u>59.460</u></u>

Composição do passivo de arrendamentos

Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
(+) Novos ativos de direito de uso imóveis de cinemas	52.390
(+) Novos ativos de direito de uso projetores de cinemas	3.463
(+) Transferência de imobilizado para ativos de direito de uso	<u>3.607</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2019	<u><u>59.460</u></u>

De acordo com a norma IFRS 16/CPC 06 (R2), as contraprestações de arrendamento, anteriormente registradas como despesas com ocupação, passaram a ser reconhecidas nas linhas

de depreciação e despesas financeiras. Embora o novo pronunciamento não tenha alterado o total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, o método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos traz um efeito temporal no lucro líquido, com redução de R\$ 1.801 no exercício de 2019.

Arrendamentos a pagar

Política contábil

Dos contratos que foram escopo da norma, a Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo, para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos as renovatórias de acordo com a política interna da Companhia, cujo prazo ocorre normalmente seis meses antes do vencimento do contrato quando identificamos a razoável certeza da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa real de desconto, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

A taxa incremental corresponde a uma taxa que seria paga no início do contrato de arrendamento para um empréstimo com prazo e garantias semelhantes, para obter um ativo de valor similar ao ativo de direito de uso em um ambiente similar.

A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. Por este motivo, apresenta um intervalo de 12,10% ao ano a 14,72% ao ano.

b. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações contábeis de controladora são incluídas nas informações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em entidades controladas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as informações contábeis consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida.

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações nas controladas Redecine RIO Cinemat. S.A., Redecine BRA Cinemat. S.A., Bombocine BRA Com de Alim. S.A..

A equivalência patrimonial das empresas Redecine Litoral Cinematográfica Ltda. e Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda. foi calculada e contabilizada na controladora até o dia 31.01.2019, após tal data tais empresas foram incorporadas por Redecine BRA Cinematográfica S.A..

A equivalência patrimonial das empresas Redecine LEO Cinematográfica Ltda., Redecine FLN Promoções Cinematografia Ltda, Bombocine LEO Comércio de Alimentos Ltda e Bombocine FLN Comércio de Alimentos Ltda, foi calculada e contabilizada na controladora até o dia 31.03.2019, após tal data tais empresas foram incorporadas por Redecine BRA Cinematográfica S.A..

A equivalência patrimonial das empresas Redecine SLZ Cinematográfica Ltda., Bombocine SLZ Comércio de Alimentos Ltda., Redecine HRT Cinematográfica Ltda e Bombocine HRT Comércio de Alimentos Ltda. foi calculada e contabilizada na controladora até o dia 30.09.2019, após tal data tais empresas foram incorporadas por Redecine BRA Cinematográfica S.A..

A equivalência patrimonial da Bombocine RIO Comércio de Alimentos S.A., foi calculada e contabilizada na controladora até o dia 30.09.2019, após esta data tal empresa foi incorporada por Redecine RIO Cinematográfica S.A..

A equivalência patrimonial da empresa Bombocine BRA Comércio de Alimentos S.A., foi calculada e contabilizada na controladora até o dia 31.10.2019, após esta data tal empresa foi incorporada por Redecine BRA Cinematográfica S.A..

A equivalência patrimonial da empresa CCM Participações Ltda. foi calculada e contabilizada na controladora até o mês de outubro de 2019, data de encerramento de suas atividades.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do

fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

d. Receita líquida de vendas

(i) *Vendas de mercadorias - Bomboniere*

As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando o cliente obtém o controle dos produtos. A receita da venda destas mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

(ii) *Prestação de serviços*

A receita com bilheteria é reconhecida no resultado com base nas movimentações de bilhetes vendidos pela internet, nas bilheterias e totens de autoatendimento de cada multiplex.

As receitas de mídia em tela são reconhecidas de acordo com as inserções de propaganda de nossos clientes realizadas durante o mês.

O total da contraprestação desses serviços é atribuída aos serviços com base em seus preços de venda individuais. Os preços de venda individuais são determinados com base na tabela de preços que o Grupo utiliza para transações de venda de cada serviço separadamente.

e. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Subvenções governamentais

A diferença entre o valor contratual dos empréstimos na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Financiamento e Investimento e o valor presente e justo, são segregados na conta de subvenções governamentais. Tal conta será apropriada linearmente ao resultado, na rubrica de outras receitas, levando em consideração os prazos contratuais de cada modalidade de dívida.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos, receitas com ganho em aplicações financeiras, descontos obtidos e receitas com subvenções governamentais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

h. Imposto de renda e contribuição social

No caso das empresas tributadas pelo lucro real, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de

prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para as empresas tributadas pelo lucro presumido, a base presumida para cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são de 8% e 12% respectivamente, sobre a base presumida apurada, incidirá a alíquota do imposto de renda para o exercício corrente de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 e para a contribuição social de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de fechamento das informações contábeis e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Ao determinar o seu imposto de renda corrente e diferido o Grupo leva em conta o impacto das incertezas em relação à posição fiscal realizada e se impostos e juros adicionais devem ser pagos. O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo é adequada para todos os exercícios fiscais em andamento, com base na avaliação de diversos fatores, incluindo a interpretação da legislação tributária e experiência passada. Esta avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, que levem o Grupo a mudar o seu julgamento sobre a adequação da provisão existente, tais mudanças na provisão afetariam as despesas de imposto de renda no ano em que são feitas.

Empresas do grupo tributadas pelo regime de lucro real

Cinesystem S.A.

Redecine RIO Cinematográfica S.A.

Redecine BRA Cinematográfica S.A.

Em 31 de janeiro de 2019 as empresas Redecine Litoral Cinematográfica Ltda. e Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda, foram incorporadas por Redecine BRA Cinematográfica S.A.

Em 31 de março de 2019 as empresas Redecine LEO Cinematográfica Ltda., Redecine FLN Promoções Cinematografia Ltda., Bombocine LEO Comércio de Alimentos Ltda e Bombocine FLN Comércio de Alimentos Ltda, foram incorporadas por Redecine BRA Cinematográfica S.A.

Em 30 de setembro de 2019 as empresas Redecine SLZ Cinematográfica Ltda., Bombocine SLZ Comércio de Alimentos Ltda., Redecine HRT Cinematográfica Ltda e Bombocine HRT Comércio de Alimentos Ltda. foram incorporadas por Redecine BRA Cinematográfica S.A.

Em 30 de setembro de 2019 a empresa Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A., foi incorporada por Redecine RIO Cinematográfica S.A.

Em 31 de outubro de 2019 a empresa Bombocine BRA Comércio de Alimentos S.A., foi incorporada por Redecine BRA Cinematográfica S.A..

Em outubro de 2019 a CCM Participações Ltda encerrou suas atividades.

i. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio ponderado.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

j. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo Grupo inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos na

linha de 'outras receitas e outras despesas' pelo valor líquido da operação.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As taxas de depreciação estão mencionadas abaixo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 % a.a.	10 anos
Instalações	15% a.a.	7 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 33 % a.a.	3 a 20 anos
Equipamentos de Informática	20 % a.a.	5 anos
Benfeitorias em prédios de terceiros	7 % a.a.	15 anos
Direitos readquiridos	50% a.a.	2 anos
Contratos de aluguel	12,5%	8 anos
Outros	4 % a.a.	25 anos

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas e outras despesas" na demonstração do resultado.

k. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis que compreendem os sistemas de informática (*softwares*), marcas e patentes e direito de uso comercial, que são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativo varia de 5 a 25 anos, com taxa média de amortização anual de 20,7%.

O ágio reconhecido no intangível tem origem no resultado da aquisição de combinação de negócios, conforme determinado pelo laudo de *Purchase Price Allocation* (PPA). O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é mais amortizado e testes de redução ao valor

recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes.

Os direitos readquiridos têm origem na combinação de negócios, conforme determinado pelo laudo de *Purchase Price Allocation* (PPA), sofrendo amortização no prazo de 02 anos.

Os direitos em contratos de aluguel têm origem na combinação de negócios, conforme determinado pelo laudo de *Purchase Price Allocation* (PPA), sofrendo amortização de acordo com o determinado em cada contrato de locação, de 2 a 8 anos.

I. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração

Contas a receber de clientes e outros créditos são reconhecidos inicialmente quando emitidos. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando, e apenas quando, o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

O grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

os termos que limitam o acesso ao Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Atualmente, o Grupo possui ativos financeiros classificados a custo amortizado. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
---------------------------------	---

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	---

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os empréstimos e financiamentos captados na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Financiamento, são reconhecidos pelo valor presente da dívida, sendo a diferença entre o valor contratual, versus o valor presente da dívida, caracterizando como subvenção governamental. Nos exercícios subsequentes, o passivo financeiro é mensurado pelo custo amortizado pela taxa efetiva.

Os empréstimos e financiamentos captados na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Investimento, são reconhecidos pelo valor justo da dívida, sendo a diferença entre o valor contratual, versus o valor justo da dívida, caracterizando como subvenção governamental. Nos exercícios subsequentes, o passivo financeiro é mensurado pelo valor justo.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Passivos financeiros

O Grupo deixa de reconhecer um passivo financeiro quando as obrigações contratuais aos fluxos de caixa do passivo expiram ou são canceladas. O Grupo também deixa de reconhecer um passivo financeiro quando os termos do contrato são modificados e os termos dos fluxos de caixa são substancialmente diferentes, nestes casos um novo passivo financeiro é reconhecido baseado nestes novos termos.

(iv) Compensação

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

m. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

n. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados a custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias.

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; ou

quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio, o valor recuperável é estimado todo ano.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de

outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste de valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado a UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não maior que um segmento operacional

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

o. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

p. Demonstrações de valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).

Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

9 Caixa e equivalentes de caixa

O Grupo considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades em moeda nacional	336	615	-	-
Bancos conta movimento	2.382	1.246	48	82
<i>Aplicações Financeiras</i>				
Aplicação Banco Santander	3.227	-	3.035	-
	5.945	1.861	3.083	82

O volume de recursos junto às instituições financeiras corresponde a créditos que serão utilizados pela Administração no giro financeiro operacional.

O saldo de disponibilidade em moeda nacional refere-se aos saldos de caixa disponível nos cinemas.

As aplicações referem-se tanto a Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (95% CDI), quanto aplicações automáticas remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (0,05% CDI) (2019 e 2018).

10 Títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Aplicações financeiras de longo prazo				
Aplicação Banco ABC	205	357	205	357
Aplicação Banco Santander	270	-	70	-
Aplicação Banco Itaú	4.814	3.773	999	-
Aplicação Banco Caixa Econômica Federal	1.988	1.910	-	-
	<u>7.277</u>	<u>6.040</u>	<u>1.274</u>	<u>357</u>

As aplicações financeiras estão vinculadas às operações secundárias de empréstimos e financiamentos, conforme detalhado na Nota explicativa nº 20.

As aplicações referem-se, em sua maioria, a investimentos em fundo de investimentos e em Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (100% a 101% CDI) e só poderão ser resgatados na finalização do contrato de empréstimo e financiamento.

11 Contas a receber de clientes e outros créditos

	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Contas a receber de clientes				
Cartões de crédito e débito e Peixe Urbano	2.194	3.659	-	-
Veiculação de propaganda em tela	1.423	491	107	158
Venda de ingressos pela internet	188	234	-	-
Venda de ingressos corporativos	488	383	64	169
Aluguel de salas, sessões fechadas e escolas	203	119	-	-
Créditos <i>VPF-Virtual Print Fee</i>	222	140	222	68
Outros clientes	326	134	129	57
Perda por redução ao valor recuperável	(435)	(272)	(91)	(68)
Partes relacionadas	-	6	49	633
	4.609	4.894	480	1.017
Outros créditos				
Circulante				
Adiantamentos a fornecedores	591	314	104	127
Partes relacionadas	-	121	-	121
Adiantamentos a funcionários	30	29	6	18
Outros valores receber	179	-	179	-
	800	464	289	266
Não circulante				
Partes relacionadas	611	997	611	997
Depósitos recursais	155	173	-	-
	766	1.170	611	997
	1.566	1.634	900	1.263

a. Composição por vencimento das contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
<i>Aging contas a receber de clientes</i>				
Vencidos	757	393	213	128
A vencer 03 meses	4.204	4.646	309	277
A vencer 06 meses	12	69	-	15
A vencer acima de 6 meses	71	58	-	32
	5.044	5.166	522	452

Os valores vencidos estão representados por instituições públicas no valor de R\$ 147 e instituições privadas de R\$ 610. A Administração do Grupo constitui provisão para redução do valor recuperável do contas a receber vencido há mais de 30 dias, combinada com a análise da administração sobre prováveis perdas dos créditos a vencer e vencido para os quais são estabelecidas provisões quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar os valores devidos nos prazos originais de contas a receber. Além disso, o Grupo considera a estimativa de perdas esperadas, mensurando a taxa de perda de crédito esperada calculada para cada segmento com base na condição de inadimplemento e na experiência real de perda de crédito nos últimos dois anos. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da provisão para redução do valor recuperável, no consolidado, foi de R\$ 435 (R\$ 272 em 31.12.2018).

b. Composição do contas a receber vencidos por grupo de clientes

Vencidos	Vencidos	Vencido acima de 180 dias	Vencido de 91 a 180 dias	Vencido até 90 dias	Total
Órgãos Públicos	147	101	43	3	147
Privados	610	144	103	363	610
	<u>757</u>	<u>245</u>	<u>146</u>	<u>366</u>	<u>757</u>

c. Movimento de provisão para redução ao valor recuperável

<i>Em milhares de Reais</i>	Nota	Consolidado	Controladora
Saldo em 1º de janeiro de 2018		<u>185</u>	<u>175</u>
Provisão para redução do valor recuperável reconhecida		312	117
Saldo empresas adquiridas		61	-
Valores de provisões baixados		(286)	(224)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		<u>272</u>	<u>68</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2019		<u>272</u>	<u>68</u>
Provisão para redução do valor recuperável reconhecida		397	42
Valores de provisões baixados		(234)	(19)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		<u>435</u>	<u>91</u>

		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018
Resultado			
Provisão para redução do valor recuperável reconhecida		(397)	(312)
Valores de provisões baixados		234	286
Perdas efetivas		(64)	(85)
		<u>(227)</u>	<u>(111)</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	(461)	(397)
Reversão provisão crédito liquidação duvidosa	11	234	286
		<u>(227)</u>	<u>(111)</u>
		Controladora	
		31.12.2019	31.12.2018
Resultado			
Provisão para redução do valor recuperável reconhecida		(42)	(117)
Valores de provisões baixados		19	224
Perdas efetivas		-	(13)
		<u>(23)</u>	<u>94</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	(42)	(130)
Reversão provisão crédito liquidação duvidosa	11	19	224
		<u>(23)</u>	<u>94</u>

O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 435, refere-se à constituição de provisão de R\$ 139 para empresas públicas e R\$ 296 de empresas privadas.

12 Estoques (Consolidado)

O saldo de estoques é composto por materias de consumo (óculos 3d) e mercadorias para revenda, tais como: pipocas, refrigerantes, sucos, doces, balas, bombons, confeitos e semelhantes, utilizados nas bombonieres dos cinemas.

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Material de consumo (óculos 3D)	771	618
Pipocas	370	379
Refrigerantes	363	318
Doces (balas, doces, bombons)	92	111
Souveniers	228	104
Bebidas (águas, sucos, etc.)	49	45
Brinquedos	1	2
Itens bombo vip (vinhos, doces e salgados finos)	55	69
	1.929	1.646

A administração não tem expectativa de perdas na realização dos estoques.

13 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
IRRF a recuperar	144	88	49	14
PIS / COFINS a compensar	6.152	6.722	-	-
IRPJ e CSLL a compensar	1.019	908	3	53
Outros impostos a recuperar	186	113	7	5
	7.501	7.831	59	72
Não circulante	4.540	5.473	-	-
Circulante	2.961	2.358	59	72
	7.501	7.831	59	72

O saldo apresentado na parcela não circulante refere-se a créditos sobre ativos que serão recuperados no longo prazo considerando a apropriação conforme estabelecido nos termos da lei. O saldo apresentado na parcela circulante refere-se a créditos que serão recuperados no curto prazo em contrapartida aos impostos devidos sobre as receitas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a movimentação do saldo de PIS e COFINS a recuperar apresentou os seguintes valores:

	Consolidado		
	PIS a Recuperar	COFINS a Recuperar	Total
Crédito sobre aquisição de ativos	1.145	5.272	6.417
Crédito sobre aquisições de serviços e mercadorias	54	251	305
Em 31 de dezembro de 2018	1.199	5.523	6.722

	Consolidado		
	PIS a Recuperar	COFINS a Recuperar	Total
Entradas			
Crédito retidos na fonte	1	4	5
Crédito sobre aquisição de ativos	13	60	73
Crédito sobre aquisições de serviços e mercadorias	2.195	10.108	12.303
Ação exclusão ICMS base PIS e COFINS	110	498	608
	2.319	10.670	12.989
Compensações			
Crédito retidos na fonte	(1)	(4)	(5)
Crédito sobre aquisição de ativos	(180)	(827)	(1.007)
Crédito sobre aquisições de serviços e mercadorias	(2.190)	(10.095)	(12.285)
Ação exclusão ICMS base PIS e COFINS	(37)	(225)	(262)
	(2.408)	(11.151)	(13.559)
Em 31 de dezembro de 2019	1.110	5.042	6.152
	Consolidado		
	PIS a Recuperar	COFINS a Recuperar	Total
Crédito sobre aquisição de ativos	978	4.505	5.483
Crédito sobre aquisições de serviços e mercadorias	59	264	323
Ação exclusão ICMS base PIS e COFINS	73	273	346
	1.110	5.042	6.152

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Consolidado							
	Ativo		Passivo		Líquido		Resultado
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019
Custos distribuição e demais despesas	2.029	1.374	-	-	2.029	1.374	655
Custo atribuído imobilizado	-	-	(230)	(262)	(230)	(262)	32
Contingências	377	359	-	-	377	359	18
Dif. depreciação fiscal e societária	-	-	(6.358)	(5.227)	(6.358)	(5.227)	(1.131)
Custo veiculação de propaganda	22	30	-	-	22	30	(8)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	148	89	-	-	148	89	59
Dif. temporárias IFRS16	927	-	-	-	927	-	927
Diferido combinação de negócios	-	-	(1.308)	(1.867)	(1.308)	(1.867)	557
	3.503	1.852	(7.896)	(7.356)	(4.393)	(5.504)	1.109
Diferido ativo	-	-	-	-	1.018	843	-
Diferido passivo	-	-	-	-	(5.411)	(6.347)	-
Líquido	-	-	-	-	(4.393)	(5.504)	-
Controladora							
	Ativo		Passivo		Líquido		Resultado
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019
Custos distribuição e demais despesas	661	228	-	-	661	228	433
Contingências	345	324	-	-	345	324	21
Dif. depreciação fiscal e societária	-	-	(32)	(39)	(32)	(39)	7
Custo veiculação de propaganda	13	22	-	-	13	22	(9)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	31	22	-	-	31	22	9
	1.050	596	(32)	(39)	1.018	557	461
Diferido ativo	-	-	-	-	1.018	557	-
Diferido passivo	-	-	-	-	-	-	-
Líquido	-	-	-	-	1.018	557	-

a. Composição dos saldos

O Grupo utiliza regime de tributário de apuração pelo lucro real para as seguintes empresas: Redecine BRA Cinematográfica S.A., Redecine RIO Cinematográfica S.A. e Cinesystem S.A.. O Grupo calcula e registra seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das informações contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos quando há probabilidade de o lucro futuro tributável estar disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros sujeitos, portanto, a alterações.

Pelo processo de incorporação realizado em 31 de janeiro de 2019, 31 de março de 2019 e 30 de setembro de 2019, os saldos de prejuízos fiscais das empresas Redecine LEO Cinematográfica Ltda., Redecine Litoral Cinematográfica Ltda., Redecine FLN Promoções Cinematografia Ltda., Redecine SLZ Cinematográfica Ltda. e Redecine Hortolândia Cinematográfica Ltda. não são mais passíveis de aproveitamento. Para o ano de 2019 tal saldo de prejuízos fiscais das empresas incorporadas era de R\$ 1.206 e acumulado juntamente com os saldos de prejuízos fiscais de exercícios anteriores era de R\$ 11.818.

As companhias com prejuízos fiscais acumulados não apresentam perspectiva de realização de lucro futuro, assim o Grupo não reconheceu impostos diferidos ativos no montante de R\$ 6.939, sobre o prejuízo fiscal do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 20.410.

Os prejuízos fiscais acumulados do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, somados aos exercícios anteriores, e deduzindo os prejuízos fiscais não aproveitados das empresas incorporadas, totalizam R\$ 119.256 (R\$ 109.458 em 2018), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Saldo inicial prejuízos fiscais 2017	49.430
Prejuízos fiscais do exercício de 2017	19.949
Saldo prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2017	69.379
Prejuízos fiscais do exercício de 2018	32.032
Prejuízos fiscais acumulados - combinação de negócios	15.978
Baixa prejuízos fiscais - incorporação - 2018	(1.679)
Baixa prejuízos fiscais - incorporação	(6.252)
Saldo prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2018	109.458
Prejuízos fiscais do exercício de 2019	21.616
Baixa prejuízos fiscais - incorporação - 2019	(1.206)
Baixa prejuízos fiscais - incorporação - exercícios anteriores	(10.612)
Saldo prejuízo fiscal em 31 de dezembro 2019	119.256

b. Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor atualmente sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado em 31 de dezembro de 2019 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	Empresas de lucro presumido					
	31.12.2019			31.12.2018		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Vendas de mercadorias	26.719	26.719	-	32.345	32.345	-
Receitas financeiras	223	223	-	110	110	-
Base de cálculo						
Alíquota presunção vendas de mercadorias	8%	12%	-	8%	12%	-
Presunção vendas de mercadorias	2.361	3.429	-	2.698	3.991	-
Ajuste imposto em incorporação de ações	-	-	-	19	9	-
Ajuste de impostos exercícios anteriores	-	-	-	12	5	-
Total	479	308	787	549	373	922

Algumas das empresas controladas eram tributadas pelo lucro presumido, assim o quadro acima apresenta os valores pagos a título de impostos correntes para tais empresas. Durante o ano de 2019 houve incorporação de tais empresas por outras de lucro real.

	2019			2018		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Empresas de lucro real						
Resultado antes dos impostos	3.851	3.851		(20.234)	(20.234)	
Adições	50.884	50.884		37.084	37.084	
Exclusões	(76.353)	(76.353)		(46.968)	(46.973)	
Base tributável	(21.618)	(21.618)		(30.118)	(30.123)	
IRPJ e CSLL lucro real	-	-	-	44	21	-
IRPJ e CSLL lucro real	-	-	-	44	21	65

No exercício de 2018, apesar de base tributável negativa no consolidado, O Grupo apresentou impostos correntes, tal evento deve-se a estrutura societária anteriormente existente, composta de várias empresas distintas, onde os impostos eram apurados na análise individual de cada uma.

	2019			2018		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Resumo IRPJ e CSLL						
IRPJ e CSLL presumidos	479	308	787	549	373	922
IRPJ e CSLL lucro real	-	-	-	44	21	65
Total impostos correntes	479	308	787	593	394	987

15 Investimentos (Controladora)

Nenhuma das companhias controladas tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

a. Movimentações dos investimentos

	31.12.2019	31.12.2018
Investimentos em sociedades controladas	53.238	51.503
	53.238	51.503

Cinesystem S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019 e 2018

	31.12.2019	31.12.2018
Saldo inicial	51.503	37.945
Aumento de capital em controladas	-	17.950
Equivalência patrimonial	17.815	4.863
Equivalência patrimonial - combinação	(1.089)	(453)
Mudança percentual incorporação	9	-
Ágio na combinação de negócios	-	7.637
Ativos e passivos líquidos identificados na combinação de negócio	-	2.361
Distribuição de lucros	(15.000)	(18.800)
Saldo final	53.238	51.503

b. Movimentação de investimento analítico

	Redecine LEO Cin. Ltda.	Bombocine LEO Com. Alim. Ltda.	Redecine FLN Promoções Cinemat. Ltda.	Bombocine FLN Com. Alim. Ltda.	Redecine Rio Cin. S.A.	Bombocine Rio Com. Alim. S.A.	Redecine Litoral Cin. Ltda.	Bombocine Litoral Com. Alim. Ltda.	Redecine SLZ Cin. Ltda.
(a) Participação capital em 31 de dezembro de 2019									
% Participação	0,0000%	0,0000%	0,0000%	0,0000%	100,0000%	0,0000%	0,0000%	0,0000%	0,0000%
Quantidade total de quotas:	-	-	-	-	26.568.813	-	-	-	-
Quantidade de quotas possuídas:	-	-	-	-	26.568.813	-	-	-	-
(b) Informação controladas em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-	6.688	-	-	-	-
Capital social	-	-	-	-	26.569	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	67	-	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	(2.983)	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	(18.961)	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	1.996	-	-	-	-
Lucros recebidos de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação exercício findo em 31 dezembro de 2019									
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.173	875	2.519	1.426	-	-	1.676	1.353	3.625
Aporte de capital	300	-	400	-	4.500	-	-	-	-
Patrimônio líquido em 08.08.2018 -									
Combinação de negócio	-	-	-	-	(12.668)	11.061	-	-	-
Lucros recebidos de controladas	-	(1.000)	-	(2.000)	-	-	(400)	(2.000)	-
Equivalência patrimonial do exercício	(628)	1.039	(908)	1.921	129	1.248	417	1.651	(212)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	845	914	2.011	1.347	(8.039)	12.309	1.693	1.004	3.413
Incorporação de empresas controladas	(580)	(1.181)	(1.795)	(1.908)	12.865	(12.865)	(1.733)	(1.265)	(3.088)
Lucros recebidos de controladas	-	-	-	-	-	(3.000)	-	-	-
Equivalência patrimonial do exercício	(265)	267	(216)	561	1.862	3.556	40	261	(325)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-	6.688	-	-	-	-

Cinesystem S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019 e 2018

	Bombocine SLZ Com. Alim. Ltda.	Redecine CRT Cin. Ltda.	Redecine Hortolândia Cin. Ltda.	Bombocine Hortolândia Com. Alim. Ltda.	Redecine BRA Cin. S.A.	Bombocine BRA Com. Alim. S.A.	CCM Participações Ltda.	Purchase Price Allocation (PPA)	Total
(a) Participação capital em 31 de dezembro de 2019									
% Participação	0,0000%	0,0000%	0,0000%	0,0000%	100,0000%	0,0000%	0,0000%	0,0000%	-
Quantidade total de quotas:	-	-	-	-	160.618.250	-	-	-	187.187.063
Quantidade de quotas possuídas:	-	-	-	-	160.618.250	-	-	-	187.187.063
(b) Informação controladas em 31 de dezembro de 2019									
Capital social	-	-	-	-	36.486	-	-	-	43.174
Reservas fiscais	-	-	-	-	70.279	-	-	-	96.848
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	566	-	-	-	566
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	379	-	-	-	446
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	544	-	-	-	(2.439)
Resultado do exercício	-	-	-	-	(38.979)	-	-	-	(57.940)
Lucros recebidos de controladas	-	-	-	-	3.697	-	-	-	5.693
Movimentação exercício findo em 31 de dezembro de 2019									
Saldo em 31 de dezembro de 2017	873	110	1.104	1.072	8.928	7.223	-	-	37.945
Aporte de capital	-	600	550	-	11.000	-	-	-	17.950
Patrimônio líquido em 08.08.2018 - Combinação de negócio	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.607)
Ativos e passivos líquidos identificados na combinação de negócio	-	-	-	-	-	-	-	3.968	3.968
Ágio na combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	7.637	7.637
Equivalência patrimonial - combinação de negócios	-	(147)	-	-	5.066	-	-	(453)	(453)
Lucros recebidos de controladas	(800)	-	-	(1.000)	-	(9.000)	-	-	(18.800)
Equivalência patrimonial do exercício	759	(563)	(859)	754	(9.905)	9.089	-	-	4.863
Saldo em 31 de dezembro de 2018	832	-	795	826	15.089	7.312	-	11.152	51.503

Cinesystem S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019 e 2018

	Bombocine SLZ Com. Alim. Ltda.	Redecine CRT Cin. Ltda.	Redecine Hortolândia Cin. Ltda.	Bombocine Hortolândia Com. Alim. Ltda.	Redecine BRA Cin. S.A.	Bombocine BRA Com. Alim. S.A.	CCM Participações Ltda.	Purchase Price Allocation (PPA)	Total
Incorporação de empresas controladas	(695)	-	(205)	(634)	20.260	(7.176)	-	-	-
Lucros recebidos de controladas	(1.000)	-	-	(1.000)	-	(10.000)	-	-	(15.000)
Equivalência patrimonial do exercício	863	-	(590)	808	1.129	9.864	-	-	17.815
Mudança percentual incorporada	-	-	-	-	9	-	-	-	9
Eq. patr. - combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	(1.089)	(1.089)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-	36.487	-	-	10.063	53.238

- (i) Em 30 de novembro de 2018, as empresas controladas Redecine CRT Cinematográfica Ltda., Bombocine CRT Comércio de Alimentos Ltda., Redecine CWB Cinematográfica Ltda. e Bombocine CWB Comércio de Alimentos Ltda. foram incorporadas pela Redecine BRA Cinematográfica S.A..
- (ii) Em 31 de janeiro de 2019, as empresas controladas Redecine Litoral Cinematográfica Ltda. e Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda., foram incorporadas pela Redecine BRA Cinematográfica S.A..
- (iii) Em 31 de março de 2019, as empresas controladas Redecine LEO Cinematográfica Ltda., Bombocine LEO Comércio de Alimentos Ltda., Redecine FLN Promoções Cinematografia Ltda. e Bombocine FLN Comércio de Alimentos Ltda. foram incorporadas pela Redecine BRA Cinematográfica S.A..
- (iv) Em 30 de setembro de 2019, as empresas controladas Redecine SLZ Cinematográfica Ltda., Bombocine SLZ Comércio de Alimentos Ltda., Redecine HRT Promoções Cinematografia Ltda. e Bombocine HRT Comércio de Alimentos Ltda. foram incorporadas pela Redecine BRA Cinematográfica S.A..
- (v) Em 30 de setembro de 2019, a empresa controlada Bombocine RIO Comércio de Alimentos S.A..foi incorporada pela Redecine RIO Cinematográfica S.A..
- (vi) Em 31 de outubro de 2019, a empresa controlada Bombocine BRA Comércio de Alimentos S.A..foi incorporada pela Redecine BRA Cinematográfica S.A..

c. Informações dos investimentos nas controladas

	País	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Receita bruta	Resultado	% Part.
Em 31 de dezembro de 2018							
Redecine LEO Cinemat. Ltda.	Brasil	1.249	404	845	3.731	(628)	99,99%
Bombocine LEO Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	1.060	146	914	1.870	1.039	99,99%
Redecine FLN Promoções Cinemat. Ltda.	Brasil	2.970	959	2.011	5.939	(908)	99,99%
Bombocine FLN Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	1.464	117	1.347	3.101	1.921	99,99%
Redecine Rio Cinemat. S.A.	Brasil	37.668	45.707	(8.039)	13.761	129	100,00%
Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A.	Brasil	13.058	749	12.309	2.229	1.248	100,00%
Redecine Litoral Cinemat. Ltda.	Brasil	1.951	258	1.693	6.518	417	99,99%
Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	1.078	74	1.004	2.667	1.651	99,99%
Redecine SLZ Cinemat. Ltda.	Brasil	6.849	3.436	3.413	9.288	(212)	99,99%
Bombocine SLZ Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	905	73	832	1.399	759	99,99%
Redecine CRT Cinemat. Ltda.	Brasil	-	-	-	2.830	(563)	99,99%
Bombocine CRT Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	-	-	-	944	532	99,99%
Redecine CWB Cinemat. Ltda.	Brasil	-	-	-	6.616	(972)	99,99%
Bombocine CWB Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	-	-	-	2.472	1.371	99,99%
Redecine Hortolândia Cinemat. Ltda.	Brasil	3.119	2.324	795	3.223	(859)	99,99%
Bombocine Hortolândia Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	861	35	826	1.300	754	99,99%
Redecine BRA Cinemat. Ltda.	Brasil	89.267	74.178	15.089	42.461	(9.905)	99,99%
Bombocine BRA Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	7.944	632	7.312	16.363	9.089	99,99%
CCM Participações Ltda.	Brasil	-	-	-	-	-	99,99%
		169.443	129.092	40.351	126.712	4.863	-
Purchase Price Allocation (PPA)	Brasil	-	-	11.152	-	(453)	-
		-	-	51.503	-	4.410	-
Em 31 de dezembro de 2019							
Redecine LEO Cin. Ltda.	Brasil	-	-	-	840	(265)	99,99%
Bombocine LEO Com. Alim. Ltda.	Brasil	-	-	-	467	267	99,99%
Redecine FLN Promoções Cinemat. Ltda.	Brasil	-	-	-	1.665	(216)	99,99%
Bombocine FLN Com. Alim. Ltda.	Brasil	-	-	-	839	561	99,99%
Redecine Rio Cin. S.A.	Brasil	50.594	43.906	6.688	50.583	1.862	100,00%
Bombocine Rio Com. Alim. S.A.	Brasil	-	-	-	5.954	3.556	100,00%
Redecine Litoral Cin. Ltda.	Brasil	-	-	-	787	40	99,99%
Bombocine Litoral Com. Alim. Ltda.	Brasil	-	-	-	389	261	99,99%
Redecine SLZ Cin. Ltda.	Brasil	-	-	-	7.647	(325)	99,99%
Bombocine SLZ Com. Alim. Ltda.	Brasil	-	-	-	1.418	863	99,99%
Redecine Hortolândia Cin. Ltda.	Brasil	-	-	-	3.306	(590)	99,99%
Bombocine Hortolândia Com. Alim. Ltda.	Brasil	-	-	-	1.290	808	99,99%
Redecine BRA Cin. S.A.	Brasil	147.614	111.127	36.487	93.524	1.129	99,99%
Bombocine BRA Com. Alim. S.A.	Brasil	-	-	-	16.362	9.864	99,99%
		198.208	155.033	43.175	185.071	17.815	-
Purchase Price Allocation (PPA)	Brasil	-	-	10.063	-	(1.089)	-
		-	-	53.238	-	16.726	-

16 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do saldo

Rubrica	Taxa de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	31.12.2019	31.12.2018
Móveis e utensílios	10%	19.924	(8.919)	11.005	11.502
Máquinas e equipamentos	19%	47.326	(19.728)	27.598	30.798
Equipamentos de informática	20%	5.768	(4.232)	1.536	1.713
Benfeitorias em imóvel de terceiros	7%	112.051	(39.147)	72.904	79.527
Outros	4%	28	-	28	28
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	2.732
		185.097	(72.026)	113.071	126.300

b. Movimentação do custo e depreciação

	31.12.2018	Transf.	Adições	Alienação e baixas	Depreciação	31.12.2019
Móveis e utensílios	11.502	(38)	870	(4)	(1.325)	11.005
Máquinas e equipamentos	27.191	44	4.341	(566)	(3.412)	27.598
Arrendamentos financeiros máq. e equip. (i)	3.607	(3.607)	-	-	-	-
Equipamentos de informática	1.713	11	486	-	(674)	1.536
Benfeitorias em imóvel de terceiros	79.527	(17)	1.941	(5)	(8.542)	72.904
Outros	28	-	-	-	-	28
Adiantamento a fornecedores	2.732	-	(2.732)	-	-	-
	126.300	(3.607)	4.906	(575)	(13.953)	113.071

	31.12.2017	Transf.	Adições	Ativos empresa adquirida	Alienação e baixas	Depreciação	31.12.2018
Móveis e utensílios	8.877	40	1.221	2.497	-	(1.133)	11.502
Máquinas e Equipamentos	25.384	(59)	2.397	6.291	(131)	(3.084)	30.798
Equipamentos de Informática	1.371	(34)	736	258	(33)	(585)	1.713
Benfeitorias em imóvel de terceiros	53.012	53	10.064	23.368	(22)	(6.948)	79.527
Outros	28	-	-	-	-	-	28
Adiantamento a fornecedores	1.325	-	1.407	-	-	-	2.732
	89.997	-	15.825	32.414	(186)	(11.750)	126.300

(*) Os contratos de arrendamento financeiros classificados anteriormente como ativo imobilizado, foram transferidos para direito de uso a partir da entrada em vigor do CPC 06/IFRS16.

c. Garantias

Na data das informações contábeis, existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas aos empréstimos bancários no valor total de R\$ 6.410 (Alienação e Cessão Fiduciária, Penhor), conforme detalhado na Nota explicativa nº 20.

d. Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

A Companhia anualmente avalia possíveis indícios de problemas com a recuperabilidade dos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração estimou valor recuperável das UGCs (cinemas) foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo das UGCs, para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade, a taxa de crescimento foi em média 3,6%.

A taxa de desconto (11,19%) foi estimada com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustado a fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da entidade.

O valor recuperável estimado para as UGCs foi superior ao seu valor contábil e, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados foi contabilizada.

e. Custos e despesas com depreciação no exercício

O montante de R\$ 13.953 (R\$ 11.750 em 31.12.2018) refere-se à depreciação de imobilizados reconhecida no resultado do exercício apresentados como despesas de depreciação, conforme

Nota explicativa nº 27.

f. Revisão e ajuste da vida útil estimada

O Grupo periodicamente revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. Durante a última revisão não foram identificadas mudanças na política de vida útil adotada.

17 Intangível (Consolidado)

a. Composição do saldo

Rubrica	Taxa de depreciação %	Custo corrigido	Amortização acumulada	Consolidado	
				31.12.2019	31.12.2018
Direitos autorais	4%	56	(9)	47	16
Sistemas de computadores	5%	1.466	(957)	509	480
Direito de uso comercial	7%	1.532	(942)	590	675
Ágio combinação de negócios (ii)	-	7.637	-	7.637	7.637
Direitos readquiridos	71%	1.936	(1.371)	565	1.533
Contratos de aluguel	23%	4.244	(967)	3.277	3.959
		16.871	(4.246)	12.625	14.300

b. Movimentação do custo e amortização

	31.12.2018	Adições	Amortização	31.12.2019
Direitos autorais	16	37	(6)	47
Sistemas de computadores	480	321	(292)	509
Direito de uso comercial	675	-	(85)	590
Ágio combinação de negócios (i)	7.637	-	-	7.637
Direitos readquiridos (iii)	1.533	-	(968)	565
Contratos de aluguel (iii)	3.959	-	(682)	3.277
	14.300	358	(2.033)	12.625

	Intangíveis empresa					31.12.2018
	31.12.2017	Adições	combinada	Baixa	Amortização	
Direitos autorais	9	8	-	-	(1)	16
Sistemas de computadores	272	334	89	-	(215)	480
Direito de uso comercial	759	-	-	-	(84)	675
Ágio combinação de negócios (i)	-	7.637	-	-	-	7.637
Direitos readquiridos (ii)	-	1.936	-	-	(403)	1.533
Contratos de aluguel (ii)	-	4.243	-	-	(284)	3.959
	1.040	14.158	89	-	(987)	14.300

- (i) Refere-se ao ágio decorrente da combinação de negócios com as empresas Redecine Rio Cinematográfica S.A. e Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A. de R\$ 5.535, acrescido 34% de impostos diferidos incidentes sobre intangíveis de direitos readquiridos e contratos de aluguéis de R\$ 2.102, totalizando R\$ 7.637. O referido ágio baseia-se na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e economias de escala que se esperava obter por

meio das combinações das operações, que não podem ser reconhecidas separadamente como um ativo intangível. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é mais amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes.

- (ii) Refere-se, substancialmente, aos ativos intangíveis identificados na combinação de negócios decorrente da aquisição das empresas Redecine Rio Cinematográfica S.A. e Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A.. Os direitos readquiridos estão sendo amortizados pelo prazo de 2 anos e os contratos de aluguel o prazo médio de 2,5 anos a 7,5 anos.

c. Teste de redução ao valor recuperável

Ágio de expectativa de realidade futura

Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado integralmente para as operações do Grupo Rio, sendo ela a UGC decorrente de tal ágio. O valor recuperável desta UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de desconto foi estimada com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustado a fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da entidade.

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil e, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis foi contabilizada.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

Em percentual	2019
Taxa de desconto ao ano	11,19%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	2,00%
Taxa de crescimento estimado para o LAJIDA (média próximos cinco anos)	2,00%

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera, com uma taxa de juros de mercado de 11,19% ao ano.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

O LAJIDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

Receitas: projetadas de 2020 a 2024 considerando crescimento de 2%, de acordo com o histórico de crescimento, bem como fatores conhecidos sobre o setor de exibição no momento da projeção, sem considerar nenhum incremento de novas salas;

Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis;

Taxa de desconto: 11,19% a.a., elaborada levando em consideração as taxas médias de empréstimos e financiamentos da Companhia para aquisição de ativos semelhantes;

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 41.582.

A taxa de desconto é uma taxa antes dos impostos baseada nos títulos públicos de 10 anos emitidos no mercado relevante e na mesma moeda que os fluxos de caixa projetados, ajustada por um prêmio de risco que reflete os riscos adicionais de investimentos em ações e o risco sistemático específicos da UGC.

Cinco anos de fluxos de caixa foram incluídos no modelo de fluxo de caixa descontado. Uma taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada pelo menor entre o produto interno bruto (PIB) nominal dos países onde as UGCs operam e a taxa composta anual de longo prazo de crescimento do LAJIDA projetada pela Administração.

O LAJIDA projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração a experiência passada, ajustado para o crescimento previsto da receita. O crescimento da receita foi projetado levando-se em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos cinco anos, o volume de vendas estimado e o aumento dos preços para os próximos cinco anos. Presume-se que os preços de venda aumentem a uma margem constante acima da inflação prevista para os próximos cinco anos, em linha com informações obtidas a partir de corretores externos que publicam uma análise estatística das tendências de mercado de longo prazo

Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da UGC de produtos de madeira, atualmente o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em uma premissa acarretará em uma perda adicional.

d. Custos e despesas com amortização no exercício

O montante de R\$ 2.033 (R\$ 987 em 31.12.2018) refere-se à amortização de intangíveis reconhecida no resultado do exercício, apresentados como despesas de depreciação, conforme Nota explicativa nº 27.

18 Direitos de uso de ativo (Consolidado)

a. Composição do saldo

Rubrica	Taxa de amortização %	Custo corrigido	Amortização acumulada	31.12.2019	31.12.2018
Direito de uso de imóveis	5% a 20%	56.561	(9.261)	47.300	-
Direito de uso de projetores	33%	3.463	(1.154)	2.309	-
Direito de uso arrendamentos financeiros	10%	4.070	(683)	3.387	-
		64.094	(11.098)	52.996	-

b. Movimentação do custo e amortização

	01.01.2019	Reajustes e prorrogações	Transf.	Amortização	31.12.2019
Direito de uso de imóveis	52.390	4.171	-	(9.261)	47.300
Direito de uso de projetores	3.463	-	-	(1.154)	2.309
Direito de uso arrendamentos financeiros	-	-	3.607	(220)	3.387
	<u>55.853</u>	<u>4.171</u>	<u>3.607</u>	<u>(10.635)</u>	<u>52.996</u>

As movimentações dos direitos de uso estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>
(+) Novos ativos de direito de uso imóveis de cinemas (i)	52.390
(+) Novos ativos de direito de uso projetores de cinemas (ii)	3.463
(+) Transferência de imobilizado para ativos de direito de uso (iii)	<u>3.607</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2019	<u>59.460</u>
(+) Reajustes previstos em contratos	3.579
(+) Prorrogação de contratos	592
(-) Amortização de direito de uso	<u>(10.635)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>52.996</u>

- (i) Direitos de uso de imóveis referem-se a contratos de locação das salas de cinemas, avaliados conforme previsto do CPC 06/IFRS16 que entrou em vigor a partir do dia 01.01.2019.
- (ii) Direitos de uso de projetores referem-se a contratos de locação de projetores de exibição cinematográfica, adquiridos no processo de digitalização Virtual Print Fee, avaliados conforme previsto do CPC 06/IFRS16 que entrou em vigor a partir do dia 01.01.2019.
- (iii) Refere-se ao direito de uso de projetores e caixas de som, que com a entrada em vigor do CPC06/IFRS16 foram transferidos do grupo de ativos imobilizados, para ativos de direito de uso.
- (iv) No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 a Companhia realizou reajuste de 21 (vinte e um) contratos pelo IGPM e IGPMI. Houve adicionalmente prorrogação em 02 (um) contrato para mais 12 (doze) meses nas mesmas condições anteriores.

c. Custos e despesas com amortização no exercício

O montante de R\$ 10.635 refere-se à amortização de direitos de uso reconhecida no resultado do exercício, na linha de custos com depreciação, conforme Nota explicativa nº 27.

19 Fornecedores e outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores e outras contas a pagar				
Fornecedores mercado interno	2.945	7.271	210	304
Partes relacionadas	774	447	406	275
Aluguéis	2.156	2.609	9	10
Energia elétrica	193	272	3	5
Prov. distrib., veic. telas e desp. (i)	6.344	4.493	1.988	733
ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição)	179	317	-	-
Outros valores a pagar	<u>171</u>	<u>327</u>	<u>54</u>	<u>96</u>

	<u>12.762</u>	<u>15.736</u>	<u>2.670</u>	<u>1.423</u>
Não circulante	-	1.741	-	-
Circulante	<u>12.762</u>	<u>13.995</u>	<u>2.670</u>	<u>1.423</u>
	<u>12.762</u>	<u>15.736</u>	<u>2.670</u>	<u>1.423</u>

- (i) O saldo apresentado contempla todas provisões de despesas e custos realizadas pela Companhia, como valores mais relevantes temos: provisões de repasses à distribuidora de filmes - baseado na venda de ingressos, R\$ 3.359; bônus sobre metas, R\$ 2.176; IPTU, R\$ 214; energia elétrica, R\$ 265; despesas jurídicas e de auditoria, R\$ 47; demais provisões (consumo, estoques, etc) R\$ 283.

a. Composição por vencimento do contas a pagar

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
<i>Aging contas a pagar</i>				
Vencidos	461	2.655	5	159
A vencer 06 meses	4.896	10.621	211	1.204
A vencer 07 meses a 12 meses	7.405	719	2.454	60
A vencer acima de 12 meses	<u>-</u>	<u>1.741</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>12.762</u>	<u>15.736</u>	<u>2.670</u>	<u>1.423</u>

20 Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada modalidade de empréstimos são apresentados abaixo:

			Consolidado	
Modalidade	Taxas	Garantias	31.12.2019	31.12.2018
Outros empréstimos				
Capital de giro	CDI + 0,60% a.m.	Recebíveis e aplicação financeira	-	959
Capital de giro	CDI + 0,50% a.m.	Recebíveis	-	1.000
Capital de giro	CDI + 0,63% a.m.	Recebíveis	-	1.353
Capital de giro	1,35% a.m.	Aval dos acionistas (i)	-	688
Capital de giro	0,45% a 0,46% + CDI	Recebíveis	4.800	-
Capital de giro	1,00% a.m. a 1,01 a.m.	Recebíveis	11.468	2.000
Capital de giro	1,17% a.m.	Recebíveis	-	2.034
Capital de giro	1,33% a.m.	Recebíveis	-	-
Capital de giro	1,28% a.m.	Recebíveis	-	-
Progerem média grande empresa	TJLP + 5,00% a.a.	Recebíveis	93	1.130
Progerem média grande empresa	Selic + 5,33% a.a.	Recebíveis	93	1.130
Recursos BNDES – FAT	1% a.a. + TJLP	Recebíveis + alienação de máquinas	6.682	8.554
BNDES Procult	2,78% a.a.	Recebíveis + alienação de máquinas	3.584	4.338
BNDES Recursos Próprios Indexador IPCA	9% a.a.	Recebíveis + alienação de máquinas	1.391	1.676
Funcine	1% a.a. + IPCA	N/A	-	1.574
Saldo devedor em contas correntes		N/A	-	380
Resultado Operacional Ajustado	sem juros	Aval dos acionistas (i) + recebíveis	236	236
			28.347	27.052
Fundo setorial audiovisual (FSA)				
Fundo setorial audiovisual – Financiamento	0% a 1,0% a.a.	Recebíveis + alienação de máquinas	21.096	26.067
(-) Ajuste a valor presente			(4.638)	(6.633)
Valor presente fundo setorial audiovisual - Financiamento (a)			16.458	19.434

Cinesystem S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019 e 2018*

Modalidade	Taxes	Garantias	Consolidado	
			31.12.2019	31.12.2018
Fundo setorial audiovisual - Investimento		Recebíveis + alienação de máquinas	47.822	47.822
(-) Ajuste a valor justo			(38.951)	(34.137)
Valor justo do fundo setorial audiovisual - Investimento (b)			8.871	13.685
			53.676	60.171
Não circulante			40.189	43.583
Circulante			13.487	16.588
			53.676	60.171

- (i) Acionistas: O aval aos empréstimos e financiamentos do Grupo são concedidos pelo Sr. Marcos Rocha Magalhães Barros, fundador e responsável legal pela pessoa jurídica Agroup Participações S.A., acionista da Cinesystem S.A., bem como pelo Sr. Carlos Emílio Cavaliere Sartório e Luiz Cláudio Zavarize Fernandes, antigos sócios do Grupo Redecine Rio, e atualmente acionistas da Cinesystem S.A..

			Controladora	
Modalidade	Taxas	Garantias	31.12.2019	31.12.2018
Outros empréstimos				
Capital de giro	1,00% a.m. a 1,01 a.m.	Recebíveis	3.422	2.000
		Recebíveis e		
Capital de giro	CDI + 0,60% a.m.	aplicação financeira	-	959
Capital de giro	CDI + 0,50% a.m.	Recebíveis	-	1.000
Capital de giro	CDI + 0,63% a.m.	Recebíveis	-	1.353
Capital de giro	0,45% a 0,46% + CDI	Recebíveis	4.800	-
Capital de giro	1,28% a.m.	Recebíveis	-	49
			8.222	5.361
Não circulante			4.337	1.102
Circulante			3.885	4.259
			8.222	5.361

As movimentações realizadas no exercício são apresentadas abaixo:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2018	36.463	4.591
Captação de empréstimos e financiamentos	14.103	3.549
Empréstimos e financiamentos combinação negócios	22.342	-
Captação com subvenção governamental	5.924	-
Provisão de juros	1.652	890
Pagamentos principal	(13.902)	(2.779)
Pagamentos juros	(1.300)	(890)
Transferência para subvenção	(5.924)	-
Ajuste a valor presente	2.236	-
Ajuste a valor justo	(1.423)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	60.171	5.361
Captação de empréstimos e financiamentos	17.758	9.318
Provisão de juros	3.604	896
Pagamentos principal	(21.897)	(6.457)
Pagamentos juros	(3.140)	(896)
Ajuste a valor presente	1.995	-
Ajuste a valor justo	(4.815)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	53.676	8.222

Cronograma de vencimentos de empréstimos e financiamentos não circulantes:

Ano	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
2020	-	8.855	-	1.102
2021	12.081	6.201	2.377	-
2022	11.050	5.829	1.960	-
2023	4.715	4.340	-	-
2024 a 2031	12.343	18.358	-	-
Total	40.189	43.583	4.337	1.102

Compromissos (“covenants”)

Nos contratos celebrados junto ao BNDES, o Grupo dentre as obrigações existentes, as com maior relevância são:

Apresentar demonstrações financeiras auditadas anualmente;

Não contratar, durante a vigência dos contratos, sem prévia anuência do BNDES, qualquer endividamento oneroso;

Compor as “Contas Reservas do Serviço da Dívida do BNDES” com respectivos saldos mínimos, apresentados nestas informações contábeis na conta denominada títulos e valores mobiliários não circulantes, conforme Nota Explicativa nº 10;

Não ceder, alienar, onerar, caucionar, ou por qualquer modo negociar ou vincular em favor de credor a receita do Grupo, salvo autorizado pelo BNDES;

Não distribuir dividendos superiores ao equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício social anterior.

Todas as obrigações acima citadas estão sendo totalmente cumpridas pelo Grupo.

Ajuste a valor presente e valor justo

- (a) Os recursos recebidos pelo Grupo na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Financiamento, com taxa de juros zero e 1% a.a., estão apresentados nesta nota a valor presente, sendo que para determinação do valor presente foi utilizada inicialmente a taxa de juros de 11,36% a.a. A diferença entre o valor contratual e o valor presente dos empréstimos e financiamentos está sendo tratado como subvenções governamentais, conforme Nota explicativa nº 21.
- (b) Os recursos recebidos na modalidade Fundo Setorial Audiovisual Investimento possuem características diferenciadas em relação aos demais empréstimos, a amortização somente ocorrerá se o retorno do complexo (ROA - Resultado Operacional Ajustado) for positivo, sendo o cálculo anual, com prazo de investimento de 15 anos, exercício da assinatura do contrato e o vencimento da última parcela.

Tal valor encontra-se apresentado pelo valor justo, mensurando a expectativa de rentabilidade futura de cada complexo, atendendo ao exposto no CPC 48. A diferença entre o valor contratual e o valor justo dos empréstimos e financiamentos está sendo tratado como subvenções governamentais, conforme Nota explicativa nº 21.

Garantias

Os empréstimos bancários do Grupo estão garantidos por aval dos acionistas, por máquinas e equipamentos no valor contábil de R\$ 6.410, conforme Nota explicativa nº 16, títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 7.277, conforme Nota explicativa nº 10.

21 Subvenções governamentais (Consolidado)

De acordo com as características dos empréstimos e financiamentos na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Financiamento e Investimento, o Grupo aplica o CPC 07, onde benefícios econômicos oriundos de empréstimos governamentais, com taxas de juros abaixo da praticada pelo mercado devem ser tratados como subvenções governamentais. A diferença entre o valor justo e presente, versus o montante recebido, deve ser tratada como receita diferida e amortizada linearmente pelo prazo do contrato.

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Vinculadas ao Fundo Setorial Audiovisual - Financiamento (FSA)	8.681	10.738
Vinculadas ao Fundo Setorial Audiovisual - Investimento (FSA)	23.297	25.707
	31.978	36.445
Não circulante	27.512	31.626
Circulante	4.466	4.819
	31.978	36.445

As movimentações das subvenções governamentais estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	23.876
Novas liberações	5.924
Subvenção combinação de negócios	10.925
Apropriação ao resultado	(4.280)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	36.445
Novas liberações	-
Apropriação ao resultado	(4.467)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	31.978

22 Passivos de arrendamentos (Consolidado)

O Grupo arrenda espaços junto a shoppings para instalação de salas de exibição cinematográfica e comercialização de produtos de bomboniere. Os contratos de arrendamento são de cinco, dez e quinze anos, e a maioria é renovável no término do exercício de locação à taxa de mercado. De acordo com o CPC06/IFRS16, pelas características dos referidos contratos, a partir de 01.01.2019, os compromissos de arrendamento passam a ser apresentados no passivo, não mais compondo as despesas ou custos com arrendamento, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Passivos de arrendamentos - imóveis de cinema	49.855	-
Passivos de arrendamentos - projetores de cinemas	4.199	-
	54.054	-

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Não circulante	44.505	-
Circulante	9.549	-
	54.054	-

O potencial direito de recuperação de PIS e COFINS embutido na contraprestação dos arrendamentos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2019	
Fluxos de caixa	Nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento de aluguel de imóveis	77.500	49.855
Contraprestação do arrendamento de aluguel de projetores de cinemas	4.506	4.199
Contraprestação do arrendamento de aluguel	82.006	54.054
PIS/Cofins potencial (9,25%)	7.586	5.000

As movimentações dos passivos de arrendamento estão demonstradas a seguir:

Passivos de direito de uso imóveis de cinemas – 01/01/2019	84.615
(-) Ajuste a valor presente imóveis de cinemas – 01/01/2019	(32.225)
Reajustes e prorrogações de contratos de imóveis de cinemas	6.359
(-) Ajuste a valor presente reajustes e prorrogações de contratos	(2.188)
(-) Pagamentos de arrendamentos de imóveis de cinemas (i)	(13.502)
Realização ajuste a valor presente de imóveis de cinema	6.796
Passivos de arrendamentos imóveis de cinema	49.855
Passivos de direito de uso projetores de cinemas – 01/01/2019	4.135
(-) Ajuste a valor presente projetores de cinemas – 01/01/2019	(672)
(+) Transferência de arrendamentos financeiros do ativo imobilizado	2.453
(-) Pagamentos de arrendamentos de projetores de cinemas (ii)	(2.083)
Realização ajuste a valor presente de projetores de cinemas	366
Passivos de arrendamentos projetores de cinemas	4.199
Saldo em 31 de dezembro de 2019	54.054

- (i) Os valores apresentados como pagamentos de arrendamento de imóveis, referem-se aos aluguéis mínimos pagos nos cinemas do Grupo, tais valores a partir de 01.01.2019, conforme prevê o CPC06/IFRS16, não será mais apresentado na nota explicativa 27 de despesas por natureza, na linha de custo de ocupação.
- (ii) Os valores apresentados como pagamentos de arrendamento de projetores, referem-se aos aluguéis pagos de projetores de exibição nos cinemas do Grupo, tais valores a partir de 01.01.2019, conforme prevê o CPC06/IFRS16, não será mais apresentado na nota explicativa 27 de despesas por natureza, na linha de custo de manutenção de salas, no montante de R\$ 1.378. Estão sendo considerados também os valores de pagamentos de arrendamentos financeiros, no montante de R\$ 705, que pela entrada em vigor do IFRS16 foram transferidos do ativo imobilizado.

Conforme OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, estimamos os fluxos de caixa futuros reais, com base em um IGP-M corrente de 4,12%, perfazem o montante de R\$ 58.110 e que a taxa incremental real da Companhia é de 8,04%.

23 Obrigações sociais

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Salários a pagar	1.055	1.022	379	392
Pensão alimentícia a pagar	6	9	3	5
INSS a recolher	490	457	165	162
FGTS a recolher	138	130	35	35
Provisão de férias e encargos	1.848	1.589	503	491
Outras obrigações com empregados	268	223	204	181
	3.805	3.430	1.289	1.266

24 Provisão para contingências (Consolidado)

O Grupo é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas e tributárias, em andamento, e quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis, bem como as de risco de perda possível decorrentes desses processos, são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos, apresentando os seguintes passivos:

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhista	68	77
Tributário	1.012	953
Cível e Administrativo	26	26
Total provável	1.106	1.056

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhista	78	51
Tributário	90	165
Cível e Administrativo	60	33
Total possível	228	249

A movimentação das provisões de perda provável está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.008
Adições	50
Contingência empresas adquiridas	32
Baixas	(91)
Atualização monetária	57
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.056

Adições	37
Contingência empresas adquiridas	-
Baixas	(43)
Atualização monetária	56
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.106

25 Capital social e reservas

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social do Grupo permanece inalterado em relação a posição de 31 de dezembro de 2018, conforme detalhado abaixo:

Capital social			
31.12.2019			
Acionista	Nº ações	Valor ações totais	% Cap. Soc.
AGROUP Participações S.A.	13.651.156	13.597	44,08%
Stratus SCP Brasil Fundo de Investimento em Participações	10.201.205	29.290	32,94%
Hamilton Lane Fundo de Investimento em Participações	2.266.933	6.510	7,32%
Homero Frederico Icaza Figner	1.133.467	3.254	3,66%
Luiz Cláudio Zavarize Fernandes	1.858.151	2.499	6,00%
Carlos Emilio Cavaliere Sartório	1.858.151	2.499	6,00%
Total	30.969.063	57.649	100%

b. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social subscrito e integralizado, e tem como finalidade, assegurar a integridade do capital social. A reserva poderá ser utilizada para o aumento do capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

De acordo com o Estatuto da Companhia, no exercício em que o saldo de reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital, que trata o artigo 182, da lei 6.404/76, exceder 30% (trinta por cento), do capital, subscrito e integralizado, não será obrigatório a destinação de parte do lucro líquido do exercício para reserva legal.

Reserva de retenção de lucros

Constituída de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, os órgãos da Administração propõem a retenção de parte dos lucros acumulados.

Reserva de incentivos de fiscais

Constituída de acordo com o previsto no artigo art. 30 da Lei nº 12.973/2014, as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros.

c. Dividendos

O Acordo de Acionistas da Companhia prevê que, a partir do exercício de 2015, a Companhia poderá efetuar distribuição de lucros, sendo que 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido poderá ser destinado para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. O montante a distribuir deverá ser deliberado em Assembleia Geral, bem como deverá levar em consideração a legislação aplicável.

d. Ajuste avaliação patrimonial

O valor líquido apresentado no patrimônio líquido da Companhia no montante de R\$ (6.266) em 31 de dezembro de 2019 (R\$ (6.201) em 31 de dezembro de 2018), é representado pelos valores abaixo:

- (i) Diferença entre o valor pago e o valor contábil na aquisição de participação de não controladores realizadas em 2014, tal diferença representa R\$ (6.712), conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31.12.2019	31.12.2018
Redecine FLN Cinemat. Ltda.	(1.979)	(1.979)
Bombocine FLN Com de Alim. Ltda.	(12)	(12)
Redecine CRT Cinemat. Ltda.	(1.419)	(1.419)
Redecine CWB Cinemat. Ltda	(143)	(143)
Bombocine CRT Com. De Alimentos Ltda	(11)	(11)
Redecine Litoral Cinemat. Ltda	(2.293)	(2.293)
Redecine SLZ Cinematográfica Ltda	(855)	(855)
	<u>(6.712)</u>	<u>(6.712)</u>

- (ii) O valor referente à reserva de reavaliação existente até 31 de dezembro de 2010 e custo atribuído aos bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado na Nota explicativa nº 16, em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 446 (R\$ 511 em 31.12.2018).

26 Receita líquida de vendas

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Venda de produto e serviços				
Receita com venda de ingressos	118.218	84.495	-	-
Receita com veiculação de propaganda	5.025	2.089	251	756
Receita com aluguel de salas para eventos	886	454	-	3
Receita ingressos corporativos e verbas filmes	3.645	2.255	1.507	951
Receita ingressos escolas, sessões fechadas	7.613	2.838	-	-
Vendas de mercadorias - Bomboniere	51.069	36.292	-	-
Outras receitas operacionais	1.731	412	1.358	412
	188.187	128.835	3.116	2.122
Deduções sobre vendas				
ICMS	(1.433)	(980)	-	-
PIS	(2.597)	(1.687)	(51)	(35)
COFINS	(11.966)	(7.774)	(237)	(161)
ISS	(5.626)	(4.025)	(53)	(48)
Cancelamento de vendas	(85)	(4)	-	-
	(21.707)	(14.470)	(341)	(244)
	166.480	114.365	2.775	1.878

27 Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Custos com vendas				
Custos com venda de mercadorias - Bomboniere	11.032	8.611	-	-
Custo com exibição de filmes e veiculação de propagandas	56.106	38.509	26	169
Custos com pessoal	12.715	8.597	16	2
Custos com manutenção de salas ⁽ⁱ⁾	2.477	3.232	-	-
Custos de ocupação ⁽ⁱⁱ⁾	8.976	14.606	-	-
Custos com água e energia elétrica	8.957	6.633	-	-
Depreciações e amortizações	26.147	12.214	-	-
(-) Outros créditos	(1.417)	(20)	-	-
Despesas com vendas				
Taxa de administração de cartões	1.541	1.037	-	-
Material suporte ao ponto de venda e promocional	33	33	6	6
Mídias	323	765	46	95
Assessorias de marketing	449	479	447	235
Outras despesas com vendas	118	201	44	137
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	22.287	16.065	12.134	8.100
Despesas com manutenção	1.095	746	25	27
Despesas com ocupação	453	915	227	266
Despesas com assessorias	3.427	2.666	1.350	1.073
Despesas com viagens e estadias	1.230	1.305	951	958

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Despesas com depreciação	474	523	201	169
Despesas com mat. de limpeza e escritório	560	438	5	5
Despesas tributárias	618	380	232	175
Outras despesas administrativas	2.065	1.693	369	295
(-) Reembolso de despesas administrativas	-	(1.246)	-	(1.246)
	159.666	118.382	16.079	10.466
Custos com vendas	124.993	92.382	42	171
Despesas com vendas	2.464	2.515	543	473
Despesas gerais e administrativas	32.209	23.485	15.494	9.822
	159.666	118.382	16.079	10.466

- (i) Os valores pagos a título de aluguel de projetores, a partir de 01.01.2019, conforme prevê o CPC06/IFRS16, não será mais apresentado na linha de custo de manutenção de salas, tais valores passam a tramitar diretamente pela conta do passivo, conforme demonstrado na nota explicativa 22, os valores ainda apresentados nesta linha referem-se as demais manutenções cotidianas dos cinemas, tais como: reposições de lâmpadas, óculos, peças de projetores, entre outros.
- (ii) Os valores pagos a título de aluguel mínimo de salas de cinema, a partir de 01.01.2019, conforme prevê o CPC06/IFRS16, não será mais apresentado na linha de custo de ocupação, tais valores passam a tramitar diretamente pela conta do passivo, conforme demonstrado na nota explicativa 22, os valores ainda apresentados nesta linha referem-se aos demais custos de ocupação dos cinemas, tais como: aluguel percentual, condomínio, fundo de promoções, IPTU, entre outros.

28 Outras receitas e outras despesas

a. Outras receitas

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Subvenções governamentais	4.467	4.280	-	-
Resultado na venda de ativo imobilizado	-	-	1	-
Ação de exclusão ICMS base PIS e COFINS (i)	447	-	-	-
Créditos de PIS e COFINS sobre aluguel de projetores	291	-	15	-
Outras	33	20	10	-
	5.238	4.300	26	-

- (i) A Companhia obteve trânsito em julgado e ganhou a ação onde questionava a constitucionalidade do ICMS na base do PIS e COFINS, o valor apresentado é o valor principal dos créditos retroativos apurados. A Companhia compensou até o momento o montante de R\$ 262.

b. Outras despesas

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Resultado na venda de ativo imobilizado	(61)	(78)	-	(10)
Despesas de assessoria	(76)	(334)	(76)	(251)
	(137)	(412)	(76)	(261)

29 Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Tarifas bancárias	(758)	(539)	(97)	(47)
Juros passivos	(4.121)	(2.999)	(986)	(764)
IOF	(375)	(143)	(211)	(54)
Multas por atraso no recolhimento impostos	(329)	-	(4)	-
Descontos concedidos	(2)	(176)	(1)	(173)
Resultado negativo valor presente empréstimos	(1.995)	(2.236)	-	-
Resultado negativo valor justo empréstimos	(2.235)	(3.845)	-	-
Resultado negativo valor presente direitos de uso (i)	(7.162)	-	-	-
Outras despesas financeiras	(168)	(101)	3	-
Total das despesas financeiras	(17.145)	(10.039)	(1.296)	(1.038)
Descontos recebidos	73	186	4	1
Rendimentos com aplicações financeiras	495	364	172	33
Juros ativos	217	34	10	11
Resultado positivo ajuste a valor justo	7.050	5.268	-	-
Outras receitas financeiras	-	1	-	-
Total das receitas financeiras	7.835	5.853	186	45
Resultado financeiro líquido	(9.310)	(4.186)	(1.110)	(993)

- (i) Refere-se a realização dos juros do passivo de arrendamento, devido adoção do IFRS 16, conforme nota explicativa 22.

30 Partes relacionadas

Abaixo demonstramos o resumo das transações com partes relacionadas:

	Nota	Natureza da Operação	Consolidado		Controladora	
			31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Ativo						
Contas a receber						
Contas a receber diretores		Comercial (1)	-	6	-	6
Total contas a receber	11		-	6	-	6
Adiantamento Redecine Rio		Comercial (1)	-	121	-	121
Total adiantamento	11		-	121	-	121
Conta corrente acionistas (b)						
Agrouop Participação S.A.		Financeiro (2)	31	31	31	31
Marcos Rocha Magalhães Barros		Financeiro (2)	527	898	527	898
Liviomar Macatrão Pires Costa		Financeiro (2)	53	68	53	68

	Nota	Natureza da Operação	Consolidado		Controladora	
			31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Total outros créditos	11		611	997	611	997
Passivo						
Núcleo de Prest. Serv. Adm. Ltda,		Comercial (1)	94	133	94	133
Reembolsos de viagens diretores		Comercial (1)	6	14	6	14
Eduardo Augusto Vaz Pinto de Souza (b)		Financeiro (2)	201	73	201	73
Marcos Rocha Magalhães Barros (b)		Financeiro (2)	184	140	-	54
Carlos Emilio Cavaliere Sartório (b)		Financeiro (2)	143	43	51	-
Luiz Cláudio Zavarize Fernandes (b)		Financeiro (2)	143	43	51	-
Maestro Locadora de Veículos S.A		Comercial (1)	3	1	3	1
Total fornecedores	19		774	447	406	275
Créditos partes relacionadas - intercompany (a)	11	Financeiro (2)	-	-	49	627
Débitos partes relacionadas - caixa único (a)		Financeiro (2)	-	-	4.034	5.681
Resultado						
Reembolso de despesas (a)						
Grupo Redecine Rio		Comercial (1)	-	1.246	-	1.246
Total em despesas por natureza	28		-	1.246	-	1.246
Locação de veículos (c)						
Maestro Frotas		Comercial (1)	15	26	15	26
Total em despesas por natureza	28		15	26	15	26

- (1) Comercial: Transações comerciais, referentes ao curso normal do negócio das empresas envolvidas
- (2) Financeiro: Operações de conta corrente e caixa único e valores a receber de acionistas
- (a) Em 1º. de setembro de 2019, a Cinesystem S.A. celebrou contrato de caixa único com suas controladas, que por ser a holding das empresas do Grupo, é a responsável pelo gerenciamento da tesouraria das demais empresas controladas, de forma a melhorar a capacidade de gestão de recursos financeiros disponíveis.
- (b) Os montantes referem-se a valores a receber dos acionistas Marcos Rocha Magalhães Barros, Eduardo Augusto Vaz Pinto e Liviomar Macatrão Pires Costa, substancialmente compostos por saldos que foram pagos ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (R\$ 1.497) referentes ao acordo firmado de ressarcimento, bem como o reembolso parcial de gastos (advogados e auditorias (*due diligence*) na transação de captação de investidor (R\$ 996), reembolso de juros e multas de atraso de impostos (R\$ 167), outros reembolsos (R\$ 55). Dos montantes apresentados, os acionistas geraram créditos equivalentes à R\$ 2.776. Os créditos gerados relativos *VPP Virtual Print Fee*, que é um subsídio pago pelo estúdio/distribuidor aos exibidores pelo processo de digitalização de salas de cinema, conforme definido no acordo de acionistas, são utilizados para liquidação de tais contas a receber de acionistas, caso os créditos sejam superiores, ficarão pendentes como valores a pagar pela Companhia aos acionistas.
- (c) Os valores apresentados referem-se a serviços contratados de locação de veículos para diretoria, junto a Maestro Locadora de Veículos S.A., empresa investida pelo acionista SCP Brasil Fundo de Investimento em Participações, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o montante era de (R\$ 15), no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 16).

O saldo apresentado na controladora e eliminado nas informações contábeis consolidadas, referente a movimentação de caixa único entre empresas do Grupo, está distribuído da seguinte forma:

Débitos (créditos) com partes relacionadas - caixa único	Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018
Empresa do Grupo		
Bombocine BRA Comércio de Alimentos S.A.	-	4.586
Bombocine CRT Comércio De Alimentos Ltda	-	339
Bombocine CWB Comércio De Alimentos Ltda	-	1.313
Bombocine FLN Comércio De Alimentos Ltda	-	1.183
Bombocine Hortolândia Comércio de Alimentos Ltda	-	516
Bombocine LEO Comércio De Alimentos Ltda	-	939
Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda	-	860
Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A.	-	498
Bombocine SLZ Comércio De Alimentos Ltda	-	682
CCM Participações Ltda	-	-
Redecine BRA Cinematográfica S.A.	8.003	(4.309)
Redecine CRT Cinematográfica Ltda	-	(300)
Redecine CWB Cinematográfica Ltda	-	(439)
Redecine FLN Promoções Cinematografia Ltda	-	(147)
Redecine Hortolândia Cinematográfica Ltda	-	(397)
Redecine LEO Cinematográfica Ltda	-	(431)
Redecine Litoral Cinematográfica Ltda	-	564
Redecine Rio Cinematográfica S.A.	(3.969)	(1.653)
Redecine SLZ Cinematográfica Ltda	-	1.877
	4.034	5.681

As transações comerciais e financeiras entre essas entidades são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas.

Todas as transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados nas informações contábeis consolidadas.

31 Remuneração global da Administração

A Administração das empresas do Grupo Cinesystem, conforme estabelecido em seu Estatuto Social, é estruturada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. A diretoria estatutária é composta por 08 (oito) cargos: Presidência; Diretoria Financeira; Diretoria de Superintendência; Diretoria de Controladoria; Diretoria Relação com Investidores; Diretoria de Expansão; Diretoria de Operações; e Diretoria Comercial. Os diretores e um dos membros do Conselho de Administração (Conselheiro Independente), são remunerados em bases correntes mensais, sendo que a administração é realizada de forma centralizada, respondendo por todas as empresas do Grupo.

Em 24 de abril de 2019, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Ordinária, a remuneração global anual da administração no montante de R\$ 5.000 para o ano de 2019.

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Grupo reconheceu, a título de remuneração global da administração (pró-labore, plano de saúde, seguro e outros), o montante de R\$ 4.691 (R\$ 2.800 em 31.12.2018).

32 Lucro (prejuízo) por ação

a. Lucro (prejuízo) básico por ação

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação foi baseado no lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias.

	Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	2.700	(5.710)
Média ponderada de número de Ações Ordinárias	23.888	21.527
Resultado básico por ação	0,11	(0,27)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	2.700	(5.710)
Média ponderada de número de Ações Ordinárias	23.888	21.527
Resultado diluído por ação	0,11	(0,27)

b. Movimentação de ações no exercício

Data	Descrição do evento	Ações emitidas	Ações em poder dos acionistas	Média ponderada
1º de janeiro de 2018	Saldo início do exercício	19.417.644	19.417.644	19.417.644
08 de agosto de 2018	Emissão ações na combinação de negócios	7.432.604	26.850.248	3.096.918
10 de setembro de 2018	Emissão ações em dinheiro	4.118.815	30.969.063	1.372.938
31 de dezembro de 2018	Saldo final do exercício	30.969.063	30.969.063	23.887.501
31 de setembro de 2019	Saldo final do exercício	30.969.063	30.969.063	23.887.501

33 Informações por segmento

Nos três principais segmentos de receitas que o Grupo opera, são as seguintes principais espécies de receitas: a) Bomboniere (pipocas, refrigerantes, doces); b) serviços de exibição cinematográfica; c) outras receitas, que incluem a veiculação de propagandas em tela e de aluguéis de salas para eventos. Os segmentos, apesar da direta dependência, são analisados de forma separada pela Administração, com base na receita líquida, descontados apenas dos custos diretos dos segmentos (custo com venda de mercadorias, custos com exibição de filmes e propaganda).

Cinesystem S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019 e 2018*

	<u>Bomboniere</u>		<u>Ingressos</u>		<u>Outras receitas</u>		<u>Total</u>	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Receita líquida do segmento reportável	48.202	34.411	102.224	72.953	16.054	7.001	166.480	114.365
Custos diretos por segmento	(11.032)	(8.611)	(52.382)	(38.509)	(3.724)	-	(67.138)	(47.120)
Custo do segmento reportável	(11.032)	(8.611)	(52.382)	(38.509)	(3.724)	-	(67.138)	(47.120)
Lucro bruto do segmento reportável	37.170	25.800	49.842	34.444	12.330	7.001	99.342	67.245
Custos com pessoal	-	-	-	-	-	-	(12.715)	(8.597)
Custos com manutenção de salas	-	-	-	-	-	-	(2.477)	(3.232)
Custos de ocupação	-	-	-	-	-	-	(8.976)	(14.606)
Custos com água e energia elétrica	-	-	-	-	-	-	(8.957)	(6.633)
Depreciações e amortizações	-	-	-	-	-	-	(26.147)	(12.214)
(-) Outros créditos	-	-	-	-	-	-	1.417	20
Custos indiretos não mensuráveis por segmento	-	-	-	-	-	-	(57.855)	(45.262)
Lucro bruto	-	-	-	-	-	-	41.487	21.983

34 Instrumentos financeiros

a. Fatores de risco financeiro

Os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas do Grupo poderão ser prejudicados, entre outros, pelos seguintes fatores: a) dependência da produção e da qualidade dos filmes exibidos; b) resultados variam de exercício para exercício de acordo com a concentração de lançamentos de filmes; c) interrupções, falhas e falta de aprimoramento de sistemas de vendas; d) concorrência de outros operadores nos mercados onde atuamos; e) propagação de canais de exibição de filmes; f) competição proveniente de outros setores de entretenimento; g) desempenho e atratividade do shopping center onde estamos localizados; h) pirataria de filmes que exibimos; i) crise no fornecimento de energia elétrica.

O Grupo não possui uma política formalizada de gerenciamento de risco. No entanto, possui diretrizes internas que norteiam a gestão dos riscos identificados. O Grupo entende que os riscos indicados não são relevantes a ponto de exigir uma política formalizada, caso esse cenário seja alterado, o Grupo se adequará às novas circunstâncias.

b. Risco de liquidez

É um risco para o Grupo não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019	43.251	27.135	28.656	67.781
Empréstimos e financiamentos	14.600	12.251	17.680	27.478
Fornecedores	12.762	-	-	-
Passivos de arrendamentos	15.889	14.884	10.976	40.303
Em 31 de dezembro de 2018	31.394	18.255	14.672	42.200
Empréstimos e financiamentos	17.399	17.548	13.638	42.200
Fornecedores	13.995	707	1.034	-

c. Análise de sensibilidade

Os empréstimos e financiamentos do Grupo são afetados pela variação nas taxas de juros, tais como: TJLP, IPCA, Selic e CDI.

Na análise são considerados três cenários, sendo o provável o adotado atualmente pelo Grupo, com os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço e outros dois cenários, o cenário I, considerando 10% de incremento nas taxas de juros e o cenário II, 20% de incremento.

			Consolidado		
			31.12.2019		
Operação	Indexador	Risco	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Capital de giro	CDI	Aumento do CDI	(4.800)	(5.280)	(5.760)
Funcine	IPCA	Aumento do IPCA	-	-	-
Recursos BNDES - FAT	TJLP	Aumento do TJLP	(6.682)	(7.350)	(8.018)
Progerem média grande empresa	TJLP	Aumento do TJLP	(93)	(102)	(112)
Progerem média grande empresa	Selic	Aumento do Selic	(93)	(102)	(112)
			(11.668)	(12.835)	(14.002)
			Controladora		
			31.12.2019		
Operação	Indexador	Risco	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Capital de giro	CDI	Aumento do CDI	(4.800)	(5.280)	(5.760)
			(4.800)	(5.280)	(5.760)

d. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 podem ser assim sumarizados:

			Consolidado	
			31.12.2019	31.12.2018
Total de empréstimos e financiamentos bancários			53.676	60.171
Menos: caixa e equivalentes de caixa			(5.945)	(1.861)
Menos: Títulos e valores mobiliários			(7.277)	(6.040)
Dívida líquida			40.454	52.270

Total do patrimônio líquido	43.581	40.884
Total do capital	84.035	93.154
Índice de alavancagem financeira (i)	48%	56%

- (i) A alavancagem financeira do Grupo apresentou redução frente aos níveis apresentados no encerramento do ano de 2018, devido a melhoria de caixa e equivalentes de caixa e redução do endividamento.

e. Estimativas do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justo.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).

Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2019.

	Consolidado			
	31.12.2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Passivos				
Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado				
Empréstimos e financiamentos	-	-	8.871	8.871
Total do Passivo	-	-	8.871	8.871

	Consolidado			
	31.12.2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Passivos				
Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado				
Empréstimos e financiamentos	-	-	13.685	13.685
Total do Passivo	-	-	13.685	13.685

O Grupo não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo nos níveis 1 e 2. Não houve transferência entre os Níveis durante o exercício.

Instrumentos financeiros - Nível 3

A tabela a seguir apresenta as mudanças nos instrumentos de Nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Saldo inicial	13.685	7.928
Saldos combinação de negócios	-	4.577
Captações de empréstimos e financiamentos ao valor justo	-	3.471
Redução por pagamento	-	(868)
Ganhos e perdas reconhecidos no resultado	(4.814)	(1.423)
Saldo final	8.871	13.685
Total de ganhos (perdas) no exercício incluídos no resultado	4.814	1.423

f. Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Ativos, conforme balanço patrimonial				
<i>Custo amortizado</i>				
Caixa e equivalentes de caixa	5.945	1.861	3.083	82
Títulos e valores mobiliários	7.277	6.040	1.274	357
Contas a receber de clientes	4.609	4.894	480	1.017
Outros créditos	1.566	1.634	900	1.263
Passivos, conforme balanço patrimonial				
<i>Custo amortizado</i>				
Fornecedores	12.762	15.736	2.670	1.423
Passivos de arrendamentos	54.054	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	44.805	46.486	8.222	5.361
Partes relacionadas (nota 30)	-	-	4.034	5.681
<i>Valor justo por meio de resultado</i>				
Empréstimos e financiamentos	8.871	13.685	-	-

g. Qualidade do crédito dos ativos financeiros - Consolidado

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (*Standard & Poor's*):

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Conta-corrente e depósitos bancários		
De curto		
B	5.282	1.124
BB	-	-
Sem classificação	327	123
	5.609	1.247
Contas a receber e outros créditos		
De curto		
EE	2.194	3.659

Sem classificação	3.650	1.971
	5.844	5.630
Títulos e valores mobiliários		
De curto		
B	-	-
	-	-
Contas a Receber e Outros Créditos		
De longo prazo		
Sem classificação	766	1.170
	766	1.170
Títulos e valores mobiliários		
De longo prazo		
BB-	7.277	6.040
	7.277	6.040
	19.496	14.087

35 Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo possuía apólice de seguro com global de indenização, junto a Marsh Corretora de Seguros Brasil Ltda.

	Consolidado
	31.12.2019
Coberturas	Limite global de indenização
Incêndio, raio e explosão	19.600
Danos elétricos	1.000
Tumultos e greves	100
Derrame de chuviscos automáticos	500
Perda ou pagamento de aluguel	396
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça	300
Equipamentos eletrônicos sem roubo	350
Roubo de valores no interior do estabelecimento	70
Responsabilidade civil estabelecimento comercial	500
Vazamento acidental de Tanques	200
Despesas fixas básicas	200
	23.216

	Consolidado
	31.12.2019
Cinema	Valor do mínimo de indenização por complexo
Maceió-AL	19.600
São Paulo-SP	19.500
Ananindeua-PA	17.000
Rio de Janeiro-RJ (Sulacap)	16.800
Rio de Janeiro-RJ (Américas)	15.400
Rio de Janeiro-RJ (Itaboraí)	12.600
Paulista-PE	12.600

	Consolidado
	31.12.2019
	Valor do mínimo de indenização por complexo
Cinema	
Santarém-PA	11.200
Florianópolis-SC	9.800
Rio de Janeiro-RJ (Bangu)	8.400
Rio de Janeiro-RJ (Irajá)	8.400
Rio de Janeiro-RJ (Ilha)	8.400
Curitiba-PR	8.400
Praia Grande-SP	8.400
São Luis-MA	8.400
Londrina-PR	8.400
Vila Velha-ES	8.400
Arapiraca-AL	8.400
Rio de Janeiro-RJ (Recreio)	7.000
Curitiba-PR (Portão)	7.000
Curitiba-PR (Hauer)	7.000
São Leopoldo-RS	7.000
Imperatriz-MA	7.000
Hortolândia-SP	7.000
Rio Grande-RS	5.600
Paranaguá-PR	2.800
Escritório Maringá-PR	600
	261.100

36 Evento subsequente

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) tornou-se uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- Criação de um Comitê de Crise, com participação de diretores e gerentes-chaves da Companhia, com propósito de avaliação de ações possíveis para minimizar os impactos trazidos pela pandemia.
- Negociações com os principais fornecedores da Companhia e suas controladas, tanto para alinhamento de prazos de valores faturados, quanto para negociação de valores devidos futuros, caso do custo mínimo de ocupação dos cinemas no período que estarão fechados.
- Suspensão de contratos com custo recorrente, face ao fechamento dos cinemas.
- Implementação de medidas cabíveis imediatas relacionadas com o custo de pessoal, tais como: suspensão de novas contratações, utilização do mecanismo de banco de horas e

férias coletivas ou através de qualquer outro movimento sinalizado por associações de classe do setor.

- Utilizar os benefícios trazidos pela Medida Provisória 927, publicada em 20 de março de 2020, tais como: prorrogação de pagamento de 1/3 de férias para a mesma data do 13º. salário; pagamento de valor de férias no 5º. dia útil do mês subsequente; prorrogação de prazo de compensação de banco de horas; antecipação de feriados; e postergação de pagamento de FGTS.
- Estuda-se mais algumas alternativas viáveis para adequação de custo com pessoal, tentando preservar ao máximo a relação com os colaboradores, tais como: redução de remuneração e carga horária trabalhada; e estudo de possibilidade de suspensão de contratos através da utilização da *Lay-Off* ou através de futuras medidas publicadas pelo Governo para minimizar os impactos da pandemia.
- Postergação de pagamentos de parcelas de empréstimos e financiamentos existentes junto a bancos públicos e privados, visando mitigar os riscos de liquidez.
- Captação junto a bancos públicos e privados, de linhas de crédito liberadas pelo Governo Federal e agências ligadas ao setor com propósito de incentivar as companhias afetadas pela pandemia.